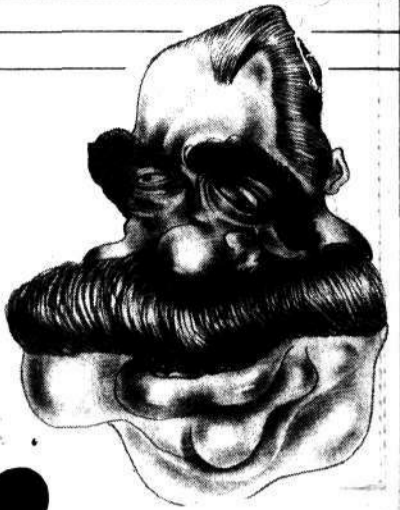


POLÍTICA

Alguns ministros já se articulam para tentar reverter a decisão dos quatro anos, no plenário da Assembléia. Sarney manda avisar que está fora: já se conformou, e não vai renunciar nem morrer por causa disso. O próprio líder Carlos Sant'Anna também não tem esperanças: prevê que a redução do mandato só tende a ganhar ainda mais adeptos.



Chega de negociar

Embora desiludido com a redução de seu mandato, o presidente Sarney não pensa em renúncia — nem em deposição nem em suicídio. "Essas palavras não constam do dicionário dele", avisou ontem o ministro Costa Couto, do Gabinete Civil, depois de garantir que o presidente está "calmo e sereno", e disposto a "fazer um bom segundo tempo". Sarney também não espera que haja uma reversão de quatro para cinco anos no plenário da Constituinte. "A tendência é para que a tese dos quatro anos ganhe ainda mais adeptos, estimulada pela opinião pública", reconheceu o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna. "Querer ir contra a vontade da população seria inútil."

Mesmo assim há quem tenha esperança de uma reversão — o ministro da Administração, Aluizio Alves. Diz ele estar convencido de que até a votação no plenário será possível conquistar os 280 votos necessários para mudar a decisão da Comissão de Sistematização. "O plenário será mais participativo quanto à tendência dos Estados e partidos", pondera o ministro, que já nesta semana pretende iniciar um trabalho de sedução junto aos parlamentares. Mas ele avisa que Sarney não se envolverá nas negociações. Para isso, diz, contará com o apoio do Centro, enquanto o próprio ministro se encarregará de trabalhar junto aos governadores pela preservação dos cinco anos.

"A verdade está no plenário", concordou ontem o ministro da Habitação, Prisco Viana, outro que acredita nessa possibilidade quando os 559 constituintes estiverem reunidos em plenário. Mas não demonstra muita esperança. Ontem mesmo, Prisco já falava que Sarney poderá precipitar uma reforma ministerial sem que esteja obrigada a ouvir partidos ou políticos. "O presidente identificou claramente os que o apoiam e os que não o apoiam", disse o ministro. "E ele está livre para compor o governo sem qualquer tipo de condicionamento."

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, não tem dúvidas: a Comissão de Sistematização errou — o que o leva a reservar suas esperanças para o plenário. Mais que isso, Borges da Silveira se convenceu de que os constituintes ainda vão se conscientizar de que, no próximo ano, não haverá condições nem tranquilidade para que haja votação para presidente da República, já que suas atenções estarão voltadas para a elaboração das leis ordinárias.

Tal como Borges da Silveira, Prisco também classifica como "inoportuno" realizar eleições presidenciais em 1988. "É ruim para o País, pois a transição não se vai concluir com a promulgação da nova Constituição", concordou Prisco. "Nos vamos ter de fazer as leis complementares e adaptar as Constituições estaduais, e isso não deveria ser perturbado por um processo eleitoral."

Pelas reações de Prisco, contudo, ele já está convencido de que o processo é irreversível. "Uma decisão como a de domingo já jogou os candidatos nas ruas. Primeiro, o parlamentarismo lançou os candidatos a primeiro-ministro, que estão aí. E a decisão dos quatro anos fatalmente nos vai levar a assistir à Constituinte discutindo o parlamentarismo, enquanto os candidatos ao presidencialismo estarão sendo aclamados nas ruas", previu Prisco.

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, preferiu ficar fora dessa discussão, argumentando que a decisão da Sistematização não é definitiva. Se fosse parlamentar, contudo, Brossard diz que votaria pelos cinco anos, da mesma forma que o ministro da Reforma Agrária, Jäder Barbalho, e Hugo Napoleão, da Educação.

Mesmo reconhecendo que a Constituinte é "soberana para tomar decisões", Napoleão ainda acredita que o plenário vai observar-se realmente a redução do mandato de Sarney é o mais indicado para o País. Sem entrar em detalhes sobre eventuais prejuízos que a medida possa causar com a convocação de eleições para o próximo ano, o ministro foi claro: "Espero apenas que a Constituinte não esteja se baseando em interesses imediatistas. Precisamos saber se essa é mesmo a melhor decisão para o futuro do País".

Renato Archer, da Previdência Social, defende o parlamentarismo, embora com implantação gradual, mas recebeu a redução do mandato de Sarney como uma "livre manifestação" da Constituinte. Borges da Silveira, da Saúde, não concorda: "Isso é uma forma de cassação de um direito do presidente". "Se a Sistematização estabeleceu mandato de cinco anos para os presidentes, não poderia excluir o atual, a não ser que decidisse por eleições gerais em todos os níveis para o próximo ano."

Para Prisco Viana, essa tese de soberania da Constituinte, de que fala Renato Archer, não funciona. Segundo ele, o resultado serviu também para que Sarney conhecesse a capacidade de manipulação dos governadores, que forçaram alguns constituintes a mudar seu voto. E citou como exemplo o caso específico do governador Miguel Arraes, de Pernambuco, que teria obrigado o deputado Osvaldo Lima Filho a renunciar da Sistematização por ser favorável aos cinco anos.

Mas Prisco acha que nem tudo está perdido. Quando a Sistematização aprovou os quatro anos, o ministro disse ter-se convencido de que o parlamentarismo estava definitivamente "fulminado". "Acredito que, dentro de 60 ou 90 dias, quando o plenário se manifestar a respeito, os candidatos já estarão em campanha, e o povo preparado para eleger o próximo presidente da República."



O PMDB e os seus vários "sucessores naturais" de Sarney

Aqui, as reações e as divergências entre os governadores do PMDB quanto a mandato e sistema de governo.

Os governadores, com raras exceções, continuam batendo na mesma tese — Sarney deveria ter um mandato de cinco anos — mas poucos acreditam na reversão do que foi aprovado pela Sistematização na manhã deste domingo.

Quanto ao parlamentarismo — com início previsto para 15 de março próximo, decisão também tomada há dois dias — alguns fazem questão de informar que querem o contrário: vão se empenhar pela manutenção do atual sistema, o presidencialismo. Alvaro Dias, do Paraná, mesmo considerando o parlamentarismo "um bom sistema de governo", discorda das duas decisões deste domingo. O parlamentarismo em 1988 "pode virar sinônimo de instabilidade" e o mandato de Sarney de quatro anos, sem eleições gerais, "é a articulação de um golpe parlamentar". E é de eleições gerais em 1988 que ele vai tratar hoje à tarde em Brasília com o presidente Sarney.

Orestes Quêrcia e Pedro Simon ainda frisam que preferiam os cinco anos, o governador paulista insistindo no presidencialismo, o gaúcho defendendo a implantação do parlamentarismo apenas para o sucessor de Sarney. Mas, para os dois, uma outra preocupação comum: o PMDB deve escolher "com urgência" o seu candidato às eleições presidenciais e realizar o mais depressa possível, segundo Simon, a sua convenção nacional.

Quêrcia admitiu ontem que o resultado da Comissão de Sistematização sobre os quatro anos foi uma "pré decisão", uma definição de que acontecerá na votação do plenário. E que não vai se bater mais pelos cinco anos. Quanto à possibilidade de Ulisses Guimarães se afastar da vida política por problemas de saúde, isso não assusta nem Quêrcia nem Simon: "Nós temos um partido político com sucessores naturais em casos de emergência. Mas eu acredito que não acontecerá nenhum caso de urgência com o dr. Ulisses", disse Quêrcia.

Os parlamentaristas

Quêrcia achou "natural" a decisão da Sistematização. Mas Miguel Arraes, de Pernambuco, e Waldir Pires, da Bahia, como o governador gaúcho, consideram que o que foi aprovado no domingo significou um avanço para a democracia no País. Miguel Arraes disse que o resultado da votação "encaminha para o esforço de entendimento, entre o governo federal e a Constituinte,

evitando, dessa forma, que prospere o clima de confronto político que somente viria a comprometer o próprio processo de transição". Ele acredita que a aprovação do parlamentarismo abra espaço para uma negociação. E aposta, por exemplo, na possibilidade de se manter o presidencialismo até o final do mandato de Sarney.

Waldir Pires, responsabilizado por membros do governo federal pela derrota da tese dos cinco anos, comentou ontem em Salvador que "apenas cumpri o meu dever". Garantindo que não pediu voto aos deputados da bancada baiana presentes na Comissão de Sistematização, Pires disse que o resultado veio de encontro a um desejo de conciliação nacional. "Eu apenas fiz uma reflexão com os deputados, e procurei transmitir minha experiência, alertando que esse quadro de desilusão, esse divórcio entre sociedade civil e poder não poderia continuar, pois poderiam comprometer o processo de transição democrática". Ele garante que o resultado no plenário quanto à duração do mandato de Sarney "agora ficou mais fácil", e que uma campanha eleitoral que deve ser iniciada "nos próximos dias" até ajudará o Brasil, nas suas negociações sobre a dívida externa.

Caos, trauma, golpe.

Entre os argumentos que vai levar à Sarney para propor eleições gerais em 1988, o governador do Paraná vai incluir que considera "ilegítimo" que os deputados encurem o mandato do presidente, instalem o parlamentarismo e sejam eles mesmos os protagonistas neste novo sistema de gover-

no. "O atual Congresso não foi eleito para exercer funções como as de escolher um primeiro-ministro. Isso seria um golpe sem respaldo, sem legitimidade e sem referendo popular." E advertiu que também a homologação de um primeiro-ministro pelo atual Congresso "seria ilegítimo, assim como é o mandato do presidente, que não foi eleito pelo povo".

Newton Cardoso, de Minas, não fala em golpe parlamentar, mas garante que um golpe está em curso, é inevitável, e que "dentro de seis meses o doutor Uruçu assumirá o governo" do País. Revoltado com a redução do mandato de Sarney para quatro anos, Newton Cardoso disse que o presidente está "chateado e aborrecido", impressão que o governador de Minas afirmou reconhecer num telefonema feito ao Planalto logo após o término das votações de domingo.

Outros três governadores têm opiniões pessimistas sobre o futuro do País caso o mandato de Sarney se resuma a quatro anos. Para Pedro Ivo, de Santa Catarina, "o ano de 1988 será traumatizante para o Brasil se for envolvido numa campanha eleitoral para presidente da República". E a culpa será da Constituinte, segundo Amazoni Mendes, do Amazonas, e seu antecessor, Gilberto Mestrinho. "A Constituinte será a culpada pelo que possa ocorrer daqui para a frente, porque o caos e o retrocesso estão à porta", disse o governador.

Posição próxima à de Hélio Gueiros, do Pará. Ele não ficou surpreso com a decisão da Sistematização — para ele, a Assembléia Nacional Constituinte está dividida e está fracionando o País. Por isso, não considera legítima uma votação que decida uma questão tão importante — para ele, que é cinco-anista e presidencialista — com uma diferença de apenas 2 votos.

Pelos cinco anos e presidencialismo, Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul, foi um dos poucos que manifestou esperança no plenário. "A votação na Comissão de Sistematização não reflete necessariamente a posição de toda a Constituinte", Miranda, que já chegou a afirmar que o tempo de duração do mandato de Sarney seria do tamanho da sua capacidade de governar e do sucesso do seu plano econômico, disse ontem que um mandato de cinco anos para Sarney criaria condições para que as eleições presidenciais se dessem num clima de "regras do jogo assimiladas".



Sandra: voto com emoção.



Haddad: voto final.



Santos: foguetório nas ruas.

OS VOTOS DECISIVOS

O senador Jamil Haddad acertou no cálculo e deu o voto final pelos quatro anos

Dos 48 votos na Comissão de Sistematização que determinaram a redução do mandato do presidente Sarney, o 47º foi decisivo — justamente o do senador Jamil Haddad (PSB-RJ). Mas a coincidência não o surpreendeu: ele fez os cálculos e o PMDB na Constituinte. Sandra diz que ficou "sensibilizada" com os argumentos de Covas, que a convenceu ao afirmar que os quatro anos seriam o ideal para a consolidação do parlamentarismo. "Meu voto foi independente e de convicção, não fiz entendimento com ninguém", garantiu ela.

Até o momento da votação, Sandra diz ter esperado uma mensagem de Sarney em favor da manutenção do parlamentarismo para então votar pelos quatro anos. "Mas o entendimen-

to não veio e o presidente não me fez nenhum pedido para decidir meu voto", explicou ela. Para Sandra, foi uma falha; para o governo, uma surpresa, já que contava com seu apoio. Dos 11 representantes do Rio na Sistematização apenas dois votaram pelos cinco anos: o senador Afonso Arinos e o deputado Adolfo de Oliveira. Os outros nove, que ajudaram na redução do mandato presidencial, não sofreram qualquer pressão do governador Moreira Franco, apesar de sua posição a favor dos quatro anos.

Desse nove, quatro são de partidos que fazem oposição a Moreira Franco: os brizolistas Brandão Monteiro, José Maurício e Lysâneas Maciel, além do senador Jamil Haddad, que é do PSB. Sandra Cavalcanti também não tem maiores ligações políticas com o governador do Rio, e na mesma situação se encaixa o deputado Francisco Dornelles que, como ela, é do PFL. Entre os parlamentares do PMDB fluminense que também contribuíram com seus votos (senador Nelson Carneiro e os deputados Artur da Távola e Paulo Ramos), nenhum deles ostenta ligação com o governador. Ao contrário, durante a campanha, estavam mais próximos da oposição. A vitória, contudo, pode ser creditada a uma manobra do senador Mário Covas, que não permitiu que nenhum dos membros da chamada ala fisiológica do PMDB (a maioria da bancada fluminense) fosse indicado para a Sistematização.

Diretas já: comemoração e alguma desconfiança.

"Uma eleição agora vai alegrar o País, principalmente o povo, mas essa alegria não vai durar muito tempo e logo teremos outra crise de credibilidade." Assim a economista do PMDB, Maria da Conceição Tavares, reagiu à redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos, no que foi apoiada pelo deputado Delfim Neto (PDS-SP). No extremo oposto, a convocação de eleições diretas para presidente em 1988 foi unanimemente aprovada pelo Conselho Federal da OAB e teve o apoio do ex-presidente João Figueiredo: "Passei 15 anos sofredores no governo e agora quero ir à praça pública fazer o que fizeram comigo: diretas já".

Diretora do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio, Maria da Conceição Tavares garante que a crise econômica brasileira não será resolvida com a mudança do governo: "Podem colocar Jesus Cristo no poder que não vai mudar nada no Brasil enquanto não houver um verdadeiro entendimento entre os segmentos da sociedade".

O secretário especial de Coordenação de Programas de São Paulo, Alberto Goldman, concorda: a data da eleição do sucessor de Sarney não é importante. "O grande problema brasileiro é a inexistência de um projeto claro para o País, que seja respaldado em um sistema de forças majoritário. Sem ele, continuaremos em uma situação instável".

O deputado Delfim Neto também prevê o caos. Para ele, com as diretas em 88 e parlamentarismo 120 dias após a nova Constituição "o PMDB se apropria do governo e cria todas as condições de uma crise monumental no Brasil". E ele explica que a combinação do parlamentarismo com as diretas em 88 "é um desastre", "uma coisa monstruosa", que "não vai sobreviver e vamos perder duas grandes ideias".

O também pedessista senador Jarbas Passarinho criticou seus colegas que votaram pelos quatro anos. Para ele, o PDS — "que saiu desgastado do governo" — deveria esperar o "desgaste natural" do atual governo e não querer antecipar a sucessão.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil aprovou a decisão da Sistematização, que "preservou a soberania da Constituinte". O conselheiro Seabra Fagundes afirmou que é necessário haver freios às intervenções abusivas do Poder Executivo não só na Constituinte mas também no próprio processo político nacional.

"Minha opinião não mudou: cinco anos é o período ideal para o mandato do presidente da República", explicou o general Figueiredo, que, mesmo assim, defendeu diretas "para ontem". Em Pedreira, onde recebeu o título de Cidadão Pedreirense, Figueiredo defendeu também o parlamentarismo, mas ressaltou que, "no Brasil de hoje, com a infidelidade partidária existente, não há a mínima possibilidade de o parlamentarismo funcionar".

Já o ex-ministro de Figueiredo, Armando Falcão, previu que o governo não terá condições de lutar pelos cinco anos no plenário, porque já perdeu toda a confiança do povo. Sobre a campanha sucessória — que em sua opinião será apressada a partir de agora —, Falcão informou que o ministro Aureliano Chaves, do PFL, "vem ao Rio esta semana para uma série de reuniões políticas. Mas não sei se estará disposto a iniciar sua campanha imediatamente", disse.

Para o pefelista Alceni Guerra (PR), o partido ficou "estigmatizado, para sempre", pois "toda a Nação viu que foram dois pefelistas que encaminharam a votação contra a emenda dos quatro anos. Viramos as costas aos 84% da população que querem eleições diretas e ficamos com os 16% que não as desejam", explicou o deputado.

Entre os empresários, a opinião é de que o importante é prevalecer o regime democrático. "Ninguém no meio empresarial está atônito, alarmado, desesperado ou desesperado diante das decisões da Sistematização, que ainda vão a plenário", disse o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio, Arthur João Donato. No ABC paulista, os empresários viram a redução do mandato como faca de dois gumes. Antônio Laranjini, vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista do ABC e diretor da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, acredita que o sucessor de Sarney será submetido à "mercantilização administrativa" para obter o apoio do Congresso Nacional. Por isso ele defende eleições gerais.

Alberto Vassoler, diretor da delegacia de Santo André do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, acredita que com as eleições, gerais ou não, em 1988 o "déficit público vai explodir de vez e as indefinições econômicas continuarão na mesma trilha". Para ele, está na hora de o Brasil aprender o exemplo italiano "onde política e economia não se misturam". (Veja a opinião de outros empresários na página 10.)